UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

CLAUDETE SALES DA SILVA

ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA JUNTO AOS PROFESSORES DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM) DA ESCOLA PRESIDENTE COSTA E SILVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

BELÉM-PA
DEZEMBRO/2018

CLAUDETE SALES DA SILVA

ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA JUNTO AOS PROFESSORES DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM) DA ESCOLA PRESIDENTE COSTA E SILVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Aarão Freire Carvalho

BELÉM-PA
DEZEMBRO/2018

CLAUDETE SALES DA SILVA

ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA JUNTO AOS PROFESSORES DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM) DA ESCOLA PRESIDENTE COSTA E SILVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará.

Aprovada em 20, de Dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Fabrício Aarão Freire Carvalho
Orientador (UFPA)

_____

Profa. Dr. Amélia Maria Araújo Mesquita
Examinador (UFPA)

_____

Profa. Jessica Ferreira Nunes
Examinador (EA-UFPA)

ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA JUNTO AOS PROFESSORES DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM) DA ESCOLA PRESIDENTE COSTA E SILVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA[1]

Claudete Sales da Silva[2]

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo compreender o papel e a importância da coordenação pedagógica no processo ensino-aprendizagem, a partir de um trabalho dentro de uma perspectiva inclusiva no ambiente escolar, bem como identificar as ações desenvolvidas pela coordenação pedagógica, junto aos docentes da sala de recursos multifuncionais (SRM), que visam à inclusão de alunos com deficiência da Escola Presidente Costa e Silva. A fim de obter dados que servissem como aporte, foi conduzida uma pesquisa e intervenção, que resultou neste relato de experiência, fruto de uma experiência vivida pela autora na condição de bolsista do Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) na referida escola, onde houve o acompanhamento das ações da coordenação pedagógica e das professoras da sala de recursos multifuncionais (SRM). Sendo assim, de acordo com a literatura da área e com período de observação na Escola Costa e Silva, os resultados mostraram que o papel da coordenação pedagógica e a sua importância para o desenvolvimento de um trabalho dentro de uma perspectiva inclusiva está em proporcionar um ambiente de aprendizado pautado na formulação de intervenções pedagógicas que valorizem o respeito e incentivem a desconstrução de preconceitos. Por fim o relato mostrou que há na referida escola o desenvolvimento de ações formativas aos professores e alunos sobre a temática da inclusão, como oficinas e palestras, mas que por conta de fatores diversos, internos e externos, estas ainda são pequenas ações, deixando claro que para promover a inclusão nas escolas não basta apenas formular formações ou executar reformas, mas envolve um conjunto de ações e fatores, individuais e coletivos, que influenciam neste processo, e sem o devido apoio governamental e da sociedade não há como desenvolver plenamente um trabalho de inclusão.

Palavras-Chave: Coordenação Pedagógica. Inclusão. Atendimento Educacional Especializado.

[1] Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em 20 de Dezembro de 2018 a título de obtenção do título de Pedagoga, orientado pelo Professor Fabrício Aarão Carvalho.

[2] Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA.

ABSTRACT

The purpose of this study is to understand the role and importance of pedagogical coordination in the teaching-learning process, from a work within an inclusive perspective in the school environment, as well as to identify the actions developed by the pedagogical coordination, together with the classroom teachers of multifunctional resources (SRM), aimed at the inclusion of students with disabilities at the Presidente Costa e Silva School. In order to obtain data that would serve as input, a research and intervention was conducted, which resulted in this experience report, the result of an experience lived by the author as a scholarship holder of the Institutional Program for Initiation to Teaching (PIBID) school, where the actions of the pedagogical coordination and the teachers of the multifunctional resource room (SRM) were monitored. Thus, according to the literature of the area and with observation period at the Costa e Silva School, the results showed that the role of pedagogical coordination and its importance for the development of a work within an inclusive perspective is to provide an environment of learning based on the formulation of pedagogical interventions that value respect and encourage the deconstruction of prejudices. Finally, the report showed that there is in the said school the development of training actions to teachers and students on the theme of inclusion, such as workshops and lectures, but that due to diverse factors, internal and external, these are still small actions, making clear that in order to promote inclusion in schools, it is not enough to formulate formations or carry out reforms, but it involves a set of actions and factors, individual and collective, that influence in this process, and without proper governmental and social support there is no way to fully develop a work of inclusion.

Keywords*:* Pedagogical Coordination. Inclusion . Specialized Educational Assistance.

1 - INTRODUÇÃO

O cenário educacional brasileiro traz em sua história diversas transformações, algumas destas, fruto de lutas e esforços de profissionais da educação, pais ou responsáveis e alunos, que por muitas vezes estiveram à frente de movimentos decisórios para a conquista de direitos. Uma conquista importante foi à valorização da escola como lugar de reconhecimento da inclusão, pois é também por meio desta, que há o contato com pessoas diferentes das do ambiente familiar, por ser também um ambiente formador onde podemos vivenciar novas trocas de experiências e de informações, é crucial que a escola seja um ambiente que prese pelo respeito e pelo exercício do pensamento crítico e democrático, visando à formação do individuo para o exercício pleno da cidadania.

Por ser a sociedade constituída por seres dinâmicos, o cenário educacional brasileiro também não poderia constituir-se estático, e apesar de alguns momentos terem sido marcados

pelo preconceito, estes não foram unanimes, pois muitas foram às mobilizações e investidas de grupos, como os de professores pais, alunos e responsáveis, na luta por mudanças. Como destaca Kassar e Rebelo (2011), por muitos anos, pessoas com deficiência (PCD) foram vistas como anormais seres indignos de consideração, contudo, em virtude das lutas destes e de outros envolvidos, as pessoas com deficiência conquistaram o espaço que lhes é de direito, enquanto cidadãos, dotados de direitos e deveres, ou seja, os esforços para a conquista da cidadania, além do reconhecimento enquanto cidadão pertencente a uma nação, compreendem também a luta para a construção de um ambiente educacional que prese pela desconstrução de preconceitos e que seja baseado na ética, no respeito e união dos sujeitos envolvidos.

Este trabalho é um relato de experiência, fruto das experiências vividas pela autora enquanto bolsista do programa institucional de bolsa de iniciação a docência (PIBID), do edital CAPES nº 061/2013, no subprojeto Pedagogia, com o título "projeto de valorização e qualificação de profissionais para a implementação do ensino médio integrado e de ensino médio inovador", da Universidade Federal do Pará, feito por meio de pesquisa e intervenção na E.E.E.F.M. Presidente Costa e Silva. Experiência vivenciada junto à coordenação pedagógica e professores da Sala de recurso multifuncional, responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) da referida escola, no período de agosto de 2016 a março de 2018.

O trabalho tem como objetivos: 1. Compreender qual o papel da coordenação pedagógica na escola; 2. Entender a importância da Coordenação Pedagógica para o desenvolvimento de um trabalho dentro de uma perspectiva inclusiva; e 3. Identificar as ações desenvolvidas pela Coordenação Pedagógica da Escola Presidente Costa e Silva junto aos docentes da sala de recursos multifuncionais visando à inclusão dos alunos com deficiência.

A metodologia utilizada foi à revisão bibliográfica e documental dos autores Isaneide, 2014, Campos, 2015, Almeida e Placco, 2001, Gadotti, 2016, Pinto, 2011, Fernandes, 2007, que discutem o desenvolvimento histórico do papel da coordenação pedagógica, e dos autores Pereira, Santana e Santana, 2012, Sala e Aciem, 2013, Domingues e Domingues, 2009 e Kassar e Rebelo, 2011, que falam sobre a educação inclusiva no Brasil, e documentos como os planos de trabalhos dos anos de 2016 e 2017 e o caderno de registro diário.

Também são utilizadas legislações como Constituição Federal de 1988, a Lei 9.394, 1996, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva de 2008 e a resolução nº 4 de 2009, que versam, respectivamente, sobre o direito de todos à educação e

o dever dos Estados em assegurar a educação especial no sistema educacional, sobre o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, de forma que seja garantida na escola regular a educação especial, o AEE, a continuidade da escolarização, formação de professores para o AEE, acessibilidade urbana e a participação da família nas escolas regulares.

A fonte foi pesquisada em ambientes virtuais, sendo eles artigos científicos retirados do Google acadêmico, e em livros impressos, de modo que utilizou-se, para a coleta de dados, a técnica da pesquisa e intervenção, que de acordo com Fonseca (2002) é o método que "pressupõe uma participação planejada do pesquisador na situação problemática a ser investigada" (FONSECA, 2002 , p.34).

O presente trabalho está dividido nos seguintes tópicos, a saber:

O primeiro, "Introdução" que busca introduzir a temática tratada no decorrer do trabalho.

O segundo, "O trabalho da coordenação pedagógica na educação básica**"**, tem por finalidade introduzir o tema abordado neste artigo, bem como relacionar as principais características do papel da coordenação pedagógica com a evolução histórica da profissão no ambiente escolar.

O terceiro, "Da necessidade da inclusão escolar e o trabalho da coordenação pedagógica", traz como temática, além de uma breve descrição histórica da educação especial no Brasil, a importância do coordenador para a realização de uma educação inclusiva.

O quarto, "A atuação da coordenação pedagógica da escola presidente costa e silva junto aos professores do SRM: relato de experiência" apresenta os resultados da observação feita na escola Presidente Costa e Silva, mediante participação como bolsista PIBID, e na qual são descritas as observações e atividades de culminância executadas em campo bem como tecidas considerações sobre os resultados alcançados.

Desta forma, a partir das observações feitas e das leituras sobre o tema, esta experiência trouxe a compreensão da relevância do tema, incentivando a investigação das ações desenvolvidas pela Coordenação Pedagógica da Escola junto aos docentes que atuam na SRM, visando o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem, e a inclusão das pessoas com deficiência dentro do espaço escolar por meio de ações integradas ao trabalho do coordenador pedagógico e demais atores do espaço escolar.

2 O TRABALHO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O cargo hoje conhecido por coordenador pedagógico, antes de ser assim chamado, recebeu diversas denominações e características distintas da que temos hoje, em alguns aspectos, mas semelhantes em outros.

Isaneide (2014) destaca que no século XII, onde havia forte influencia religiosa na sociedade, nas chamadas escolas confessionais a função do coordenador era conhecida como "mestre-escola" ou "escolástico", cuja tarefa era de acompanhar as atividades dos professores da instituição de ensino e por vezes o mesmo possuía autoridade para conferir o direito de ensinar. Contudo no século XVIII, com o declínio do poderio religioso, o desenvolvimento do comercio e da indústria trouxe novas concepções para a sociedade, dentre elas a concepção de que o Estado deveria assumir reponsabilidade de cunho público, em especial as escolas, apropriando-se a educação de um aspecto fiscalizador e é neste cenário que aparece a figura do "inspetor escolar", com a característica principal de fiscalização.

O cargo ficou assim conhecido até meados do século XX, onde os inspetores escolares além de exercerem a fiscalização também realizavam, quando oportuno, formações aos docentes, ou seja, este segundo Isaneide (2014) é cargo que mais se aproxima da atual configuração de coordenador pedagógico.

Após várias modificações, quanto às atribuições, criou-se o cargo de coordenador pedagógico, não apenas com a função de fiscalizar e orientar, mas com funções articuladas e que diversificam o ambiente escolar. O coordenador agora contribui para a melhoria do ensino, orientando alunos, pais e professores, além de promover ações formativas com o foco de suprir lacunas deixadas, seja pela formação inicial, seja por dificuldade no aprendizado.

2.1 – O papel da Coordenação Pedagógica na escola Básica

Toda escola possui características próprias, ou seja, seus valores, seus funcionários, seus alunos e sua cultura, características estas que a tonam única e que a diferenciam das demais escolas. Segundo Pinto (2011) a cultura é uma importante característica, pois esta constitui o conjunto de valores e hábitos que denotam a identidade do ambiente, ou seja, cada

escola possui a seu conjunto próprio de valores e hábitos que se modificam e que resultam de um processo que envolve regras, política, movimentos culturais e educacionais, etc.

Assim como o ambiente escolar não é estático, o contexto histórico da educação também não o é, ou seja, é por este e por outros fatores que constitui-se necessária, na escola, a presença do coordenador pedagógico para fazer a mediação entre os envolvidos, buscando ouvir a todos e assim chegar as melhores propostas e estratégias para a construção de um planejamento que busque tanto a resolução de conflitos, como a construção curricular do ensino, de forma que este venha e articular todas as dimensões da escola e dar validade às dinâmicas educacionais.

Pinto (2011) infere que a coordenação pedagógica nas escolas deve ser exercida por pedagogos, que exerçam uma postura crítica sobre a perspectiva de um ensino inclusivo, pensando na formação ética e moral dos alunos e nas funções que compreendem o seu trabalho, ou seja, é pensar o real como objeto de estudo a ser pesquisado e melhorado, onde o foco é formar sujeitos que pensem sua formação, que interpretem o seu saber e o seu fazer, colocando-se como integrante de um meio social, econômico e dinâmico. O coordenador pedagógico necessita assumir uma perspectiva de trabalho, onde não estipule centralizações no seu trabalho, mas que sejam feitas articulações entre todas as áreas que existem dentro do seu espaço escolar, desde o cargo mais valorizado até o menos valorizado, pensando sempre em uma maior dimensão de seu trabalho, buscando a cooperação e o respeito entre os envolvidos.

Por estar presente em variados ambientes da escola, Isaneide (2014) destaca que o papel do coordenador pedagógico na escola básica não pode ser resumido em poucas palavras, mas que sua atuação esta voltada para o exercício diário de diversas atividades, o que a torna um profissão complexa e dinâmica, e apesar de não ser mais uma das atribuições do coordenador pedagógico a fiscalização dos corredores, tal ação ainda é exercida nos dias atuais, ou seja, alguns coordenadores frequentam os corredores para verificar se as normas da escola estão sendo cumpridas e se houve ocorrência de infrações as mesmas. Toda via, nas relações com os alunos e outros envolvidos o coordenador deve presar, não em ser um “fiscal de corredor”, mas em ser um orientador, orientado e prestando assistência nos momentos oportunos.

O trabalho do pedagogo está em fazer a articulação das atividades a serem desenvolvidas pelos docentes, está na interação destes com os alunos, pais e responsáveis, pois este constitui o elo direto entre direção escolar, professores, alunos, funcionários e pais.

Sua atuação deve ser organizada, ética e comprometida, pois como ressalta Gadotti "[...] cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais." (GADOTTI, 2000, p. 2), ou seja, cada escola é única e por isto o coordenador pedagógico deve analisar os fatores que a compõem e assim fazer a montagem de seu projeto. Por isto é de extrema importância à atuação do coordenador pedagógico na escola, pois este está presente e tem contato com muitos ambientes e atores da escola.

O trabalho do coordenador pedagógico está além do papel de acompanhamento das práticas dos professores, mas, segundo Isaneide (2014), sua função é concebida de forma sistêmica, pois este está à frente de várias vertentes na escola, como: supervisionar projetos, discutir o PPP, acompanhar o processo avaliativo dos alunos, entre outros. Contudo, uma importante função do mesmo é a de propor ações de formação aos professores e alunos, pois

> o coordenador pedagógico é um dos atores na trama educacional cuja especificidade da atuação profissional requer uma formação inicial inerente à função, que impulsione ao desenvolvimento de sua profissionalidade para atender à amplitude dessa ação profissional (DOMINGUES, 2014, P.30).

Em outras palavras, o trabalho do coordenador pedagógico é um importante fator no processo ensino aprendizado, pois sua formação deve leva-lo a gerir e elaborar projetos e estratégias em conjunto com a comunidade escolar, professores, alunos e funcionários, buscando propor melhorias ao processo de ensino, de modo a buscar a qualidade da educação. Com isto, o coordenador pedagógico não trabalha sozinho, mas é aquele que constrói junto aos demais atores da escola, estratégias e metas que alcancem a conexão de todos para organizar, orientar, mediar e alavancar o crescimento da escola.

3 DA NECESSIDADE DA INCLUSÃO ESCOLAR E O TRABALHO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

3.1 – A Educação especial no Brasil e o processo de inclusão de pessoas com deficiência

Quando são abordados temas de educação especial logo se pensa em educação inclusiva, como se um constitui-se sinônimo do outro, no entanto não o são, pois falar em educação especial é falar de uma modalidade de ensino, oferecida de preferencia nas escolas regulares de ensino, destinada a atender estudantes com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, diferente da educação inclusiva que consiste em uma concepção de educação para todos, onde todos tenham acesso ao ensino sem discriminações, sejam estas por cor, raça, religião, condição física ou etc. Toda via, apesar de não serem sinônimos, as duas sem complementam, pois o surgimento da educação especial no Brasil se deu também por meio das lutas de grupos e pessoas em prol de uma sociedade inclusiva, e para que se tenha um melhor entendimento da temática que a história das pessoas com deficiência no Brasil foi dividida em 4 fases que foram denominadas por, a primeira, fase da exclusão, a segunda, fase da segregação, a terceira, fase da integração e, a quarta, a fase da inclusão.

As duas primeiras fases, a fase da exclusão e a fase da integração, são marcadas por comportamentos sociais de exclusão e preconceito sofridos pelas pessoas com deficiência, diferente das duas últimas fases, a fase da integração e a fase da inclusão, onde as pessoas com deficiências são vistas com novos olhos, e não apenas com os olhos do preconceito.

De acordo com Pereira, Santana e Santana (2012) até meados do século XX, a história esteve marcada pelo preconceito, abandono, e pela exclusão, pois de acordo com a concepção da sociedade da época, não havia espaço na sociedade para pessoas com deficiência (PCD), sendo estas vistas como incapazes, dignas de caridade e um peso para a sociedade, por isto este período ficou conhecido como fase da exclusão, pois as PCD eram ignoradas, rejeitadas e perseguidas, não havendo nenhuma forma de assistência seja de cunho financeiro, por meio de politicas públicas, ou seja esta educacional, não tendo as PCD nenhum acesso ao ambiente escolar ou a qualquer tipo de escolarização. Neste cenário é possível observar, que os espaços educacionais, as escolas, já haviam sido criadas, entretanto não havia nos mesmos a concepção de educação para pessoas com deficiência, não havia a educação especial enquanto modalidade de ensino, ou seja, os padrões conservadores da sociedade patriarcal da época, onde os papéis femininos e masculinos eram bem delimitados, não ofereciam espaço para se pensar em meios de promover a de inclusão social, sendo as diferenças vistas como anormalidades.

Em meados do século XX, mais precisamente no final da década de 1950 e início da década de 1960, inicia-se a fase da segregação, onde a história das pessoas com deficiência se modifica, pois se começa a ter a preocupação com o desenvolvimento educacional de PCD, ou seja, estas agora passam a serem vistas como seres que precisam ser educados para pode serem inseridos no meio social. É nesta fase que as PCD começam a ter acesso à educação por

meio do atendimento educacional oferecido em instituições especializadas, que foram um dos grandes marcos desta fase de segregação, as chamadas escolas especiais que foram criadas para atender pessoas com deficiências em ambientes separados dos demais, pois ainda havia a prevalência do preconceitos, pois havia a concepção de que PCD deveriam estar separados para não um atrasar ou perturbar o desenvolvimento das demais pessoas.

A terceira fase, a fase de integração, foi marcada, em especial, pela criação do Instituto Benjamin Constant (IBC), em outubro de 1854 no Rio de Janeiro, e do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em setembro de 1857, pois é a partir da criação destes que aqueles que eram excluídos agora passam a ser vistos com novos olhos, passando agora a serem chamado de "excepcionais" sobre a concepção de que deveriam ser integrados a sociedade aqueles que fossem vistos como aptos ao convívio social.

Pereira, Santana e Santana (2012) relatam que o termo integração "se refere a inserir no convívio social da pessoa com deficiência que já tenha sido preparada, capacitada, instruída e que esteja adaptada para viver em sociedade" (PEREIRA, SANTANA, SANTANA, 2012, p.12), ou seja, agora há a percepção de que PCD e pessoas ditas normais poderiam frequentar os mesmos espaços, sendo assim, no meio educacional, são criadas as chamadas classes especiais, que consistiam em classes de excepcionais, com salas específicas, separas das demais classes, podendo ser integrados a sala regular somente aqueles que tivessem condições de acompanhar a turma, para que não houvesse danos ou atrasas ao desenvolvimento dos alunos "não excepcionais". A fase da integração trás consigo avanços consideráveis, como a existência da possibilidade de uma aluno PCD estabelecer relações com outros alunos em um mesmo espaço, contudo ainda há neste cenário a interferência do pensamento preconceituoso, na ideia de que a unificação das classes geraria transtornos ao aprendizado de alunos sem deficiência, isto é em virtude de serem os PCD ainda vistos como incapazes.

A quarta fase, a fase da inclusão, é marcada por diversos avanços de cunho legislativo, dentre eles a publicação da Constituição Federal (CF), em 1988, que trouxe ao cenário da educação brasileira a visão de educação para todos, pois em seu artigo 205 a CF estabelece que toda crianças têm direito à educação, sendo assim o "aluno com deficiência deve estar na escola, em classe regular de ensino, junto às demais crianças sem deficiência" (PEREIRA, SANTANA, SANTANA, 2012, p.14). A fase da inclusão é marcada pelo ideal da desconstrução de preconceitos, onde ser considerado cidadão, pertencente à sociedade, independe de cor, raça, religião, condição física, etc.

No Brasil, é a partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 em 1996 que a educação especial passa a ser defendida e praticada enquanto modalidade de ensino integrada ao ensino regular, que deve ser inclusivo, pois passa a ser garantido o direito do acesso à educação e o dever de ser a educação brasileira uma educação inclusiva, ou seja, para todos . Em seus artigos 58 e 59 a LDB determina que:

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996)

Com a LDB de 96 ficam claramente definidas as características da educação especial e o direito ao ensino regular para alunos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Em 2008, com a publicação da Politica Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a educação especial no Brasil ganha novas e claras definições, pois a referida política trás em seus objetivos a descrição dos direitos e deveres de cada envolvido do processo educacional.

> A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008)

Desta forma, a educação especial no Brasil, com a publicação de importantes documentos como a LDB de 96 e a política nacional de educação de 2008, foi levada a um novo patamar onde pessoas com deficiências são vistas como úteis, humanas, necessárias para a sociedade e para a educação, passando a serem vistas não mais como anormais, mas como cidadãos de diretos, e passando também a ser papel do Estado, da família, da escola e da sociedade a garantia do direito à educação de qualidade. Ficando assim estabelecida na sociedade e no meio escolar a necessidade de haver mudanças no modo de pensar e conceber as pessoas, e no modo de agir frente aos desafios e dificuldades existente, pois ainda é um

desafio a execução de uma educação legitimamente inclusiva, pois apesar das definições legais ainda se tem uma ideia comum da mesma.

3.2 – O Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o trabalho da Coordenação Pedagógica dentro de uma perspectiva inclusiva

O atendimento educacional especializado (AEE) constitui um direito dos alunos com deficiência, devendo este ser ofertado na escola regular, no contra turno, não como um reforço escolar, mas como uma forma de incentivo ao desenvolvimento educacional e da autonomia do estudante com deficiência. Kassar e Rebelo (2011) apontam que o AEE é uma forma de contribuição para o desenvolvimento e escolaridade dos alunos com deficiência.

O AEE ficou conhecido no Brasil à partida a LDB de 96 que trouxe o mesmo como direito ao educando com deficiência e como um dever do Estado proporciona-lo nas escolas por meio de professores qualificados que desenvolvam atividades com os discentes em espaços específicos, denominados sala de recursos multifuncionais (SRM).

A resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009 estabelece as diretrizes operacionais para o AEE na educação básica, trazendo em seu artigo 2º as funções e objetivos do AEE, e em seu artigo 4º, incisos I, II e III, descreve o público alvo do AEE

> Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.
> Art. 4º Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:
> I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
> II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
> III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009)

O AEE consiste no uso de técnicas, procedimentos, métodos e recursos didáticos diferenciados, de forma que o aluno com deficiência tenha suas necessidades educacionais atendidas, e assim possa desenvolver plenamente suas potencialidades. Fica evidente a importância do AEE para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos PCD, porém as

ações para a promoção do mesmo não deve ser vista como responsabilidade única e exclusiva dos professore, mas é dever também de outros profissionais, entre eles o coordenador pedagógico que possui papel fundamental neste processo, pois está sobre sua responsabilidade observar e buscar, juntos aos demais envolvidos, montar estratégias para sanar as demandas da escola.

A escola é constitui um conjunto de pessoas, sendo assim sua administração constitui um processo complexo e neste processo para que haja a efetivação de uma educação numa perspectiva inclusiva, Pereira, Santana e Santana (2012) definem que cabe aos professores "agir com eficiência nas mais variadas situações, adequar e adaptar suas aulas, avaliar as competências curriculares dos alunos, além de elaborar propostas de intervenção diversificada que atendam às suas necessidades educacionais especiais" (PEREIRA, SANTANA, SANTANA, 2012, p.18). Cabe coordenador pedagógico trabalhar para que tais trabalhos sejam realizados, que intervenções e projetos voltados à inclusão sejam elaborados e executados de forma que todos sejam envolvidos, pois por ser o coordenador pedagógico o principal elo de mediação entre os atores da escola, sua função permite o contado com todos.

> A coordenação pedagógica, cujo papel esta pautado pelo acompanhamento sistemático da prática pedagógica dos professores, possui uma série de atribuições, normalmente descritas no regimento das escolas, entre as quais: responder pelas atividades pedagógicas da escola; acompanhar na sala de aula a atividade do professor; supervisionar a elaboração de projetos; discutir o projeto político-pedagógico; prestar assistência ao professor; coordenar reuniões pedagógicas; organizar as turmas de alunos e acompanhar os processos de avaliação; cuidar da avaliação do corpo docente e do plano pedagógico; atender a pais e alunos em suas dificuldades; e propor e coordenar ações de formação continua do docente na escola. (DOMINGUES, 2014, p. 16).

Em outras palavras, o trabalho do coordenador pedagógico dentro de uma perspectiva inclusiva consiste em responder pelas atividades pedagógicas de modo a confirmar que estas estejam sendo desempenhadas de forma ética; acompanhar e prestar assistência às atividades dos professore, de modo a observar os planos de aulas e, quando necessário, fazer as devidas orientações sobre a importância da execução de ações inclusivas, como adaptação de materias, para a desconstrução de preconceitos e acompanhar o processo avaliativo atentando para atender as necessidades e valorizar as potencialidades dos alunos com deficiência. Contudo, ainda são muitas as dificuldades para que se haja uma educação de fato inclusiva e a solução efetiva para o atendimento das demandas educacionais, em especial as da educação especial, não está apenas na elaboração de projetos e atividades por professores e coordenadores, nem na execução de reformas estruturais nas escolas, mas a influência de

fatores que estão além das possibilidades e dos muros da escola, ou seja, há a necessidade de um trabalho de conscientização na sociedade, entre profissionais de todas as áreas, em especial no meio político, para que haja a criação de políticas públicas voltadas ao tema, pois a inclusão não está limitada à escola ou a família, mas é tarefa de toda a sociedade, precisando ser debatida, discutida e defendida por todos.

Desta forma, é papel de todos garantir um ensino eficiente e disponível a todos, a fim de desenvolver em cada PCD a autonomia para tornar-se sujeito de direitos, cidadão integrante, consciente e atuante em decisões e modificações na sociedade a qual está inserido, pois cada aluno possui características especiais que devem ser respeitadas e trabalhadas de modo adequado, sem discriminações.

4 A ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA PRESIDENTE COSTA E SILVA JUNTO AOS PROFESSORES DA SRM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

A presente seção foi resultado de minha observação da prática da coordenação pedagógica junto às docentes da sala de recursos multifuncionais, durante minha participação como bolsista do programa institucional de bolsa de iniciação a docência (PIBID), do edital CAPES nº 061/2013, no subprojeto do curso de Pedagogia, com o título "projeto de valorização e qualificação de profissionais para a implementação do ensino médio integrado e de ensino médio inovador", da Universidade Federal do Pará (UFPA) em parceria com a E.E.E.F.M. Presidente Costa e Silva.

Tal experiência foi adquirida em virtude do programa institucional de bolsa de iniciação a docência (PIBID) que é fruto da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) e que concede bolsas aos discentes dos cursos de licenciatura, participantes de projetos desenvolvidos por instituições de educação superior (IES) em parceria com escolas públicas, buscando proporcionar aos mesmos a aproximação prática com o cotidiano da educação básica nas escolas públicas brasileiras, incentivando a valorização do magistério, proporcionando aos alunos da graduação experiências tecnológicas, práticas e metodológicas de caráter inovador e interdisciplinar que orientam para a superação de problemas do cotidiano escolar.

O subprojeto do curso de Pedagogia, com o título “projeto de valorização e qualificação de profissionais para a implementação do ensino médio integrado e de ensino médio inovador” buscou aproximar alunos do curso de Pedagogia com a realidade do trabalho da coordenação pedagógica das escolas públicas de ensino médio que desenvolvem o chamado programa ensino médio integrado e o programa ensino médio inovador, do Ministério da educação, que consiste em uma nova configuração curricular para as escolas de ensino médio, para tornar o mesmo mais flexível e interdisciplinar.

Primeiramente, será assinalada uma pesquisa, cujo período de observação foi de Agosto de 2016 a Janeiro de 2018, sendo parte da observação no turno vespertino e parte no noturno, dás 15:00 às 18:00 horas, três vezes na semana, na referida escola que está localizada na Avenida Almirante Barroso, bairro do Souza no município de Belém, e que oferece turmas do 9º ano do fundamental até a 3º ano do ensino médio. Onde pude observar o trabalho das coordenações de 2 turnos, vespertino e noturno, por meio do desenvolvimento das atividades prevista no meu plano de trabalho que teve como título “A atuação do coordenador pedagógico junto aos professores do Atendimento Educacional Especializado/AEE e seu trabalho para a inclusão de alunos com deficiências nas turmas do ensino médio da escola Presidente Costa e Silva” e que cujos objetivos foram: desenvolver leituras voltadas para atuação pedagogia na SRM e o incentivo a inclusão; analisar a conduta dos alunos com deficiência e demais alunos do ensino médio; observar as atividades pedagógicas desenvolvidas na SRM e a importância da adaptação de materias para o desenvolvimento do processo ensino aprendizado dos alunos com deficiência e apurar as noções sobre a inclusão no ensino médio e a importância do AEE para alunos com deficiência.

O referido plano de trabalho trouxe como resultados a realização de palestras, feira e elaboração de materiais adaptados como formas de incentivo à inclusão no ensino médio. Por isso a seguir, será feito o relato da culminância do meu plano de trabalho, que consistiu em uma feira, com palestra e exposição de materiais adaptados e que teve como tema “A Inclusão no ensino médio e os desafios da pessoa com deficiência no século XXI”.

Por fim, são feitas as observações a cerca do tema, destacando que a educação inclusiva trabalhada na referida escola é abordada, sobretudo, pela educação especial, por meio da sala de recursos multifuncionais (SRM), onde ocorre o atendimento educacional especializado, desenvolvido por professoras especialistas e cujo ensino atende alunos com deficiência do ensino fundamental e médio, sendo ofertado, além das aulas na sala regular, o atendimento

especializado no contra turno, como previsto em lei, e cujo professor responsável executa atividades pedagógicas, não como reforço escolar, mas como desenvolvimento e estímulo do aprendizado.

O objetivo da observação foi identificar as ações da coordenação pedagógica e seu trabalho para a inclusão e desenvolvimento do processo ensino aprendizado dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

4.1 – Acompanhamento e observação das atividades pedagógicas desenvolvidas pelos docentes da sala multifuncional do atendimento educacional especializado (AEE).

No primeiro momento desta experiência, em agosto de 2016, estive na escola para participar da primeira reunião junto à coordenadora do turno da noite e supervisora PIBID na escola, a qual chamarei coordenadora A, que mostrou como estava organizada a escola, sua direção, coordenadoria, os alunos, corpo docente, como eram desenvolvidas as atividades dos bolsistas PIBID, orientou a construção dos planos de trabalhos e em seguida direcionou os bolsistas a um campo de atuação e pesquisa específico a cada plano de trabalho montado.

Após este momento, em conformidade com as sugestões dadas pela coordenadora A, foi feita a lotação dos bolsistas nos espaços da escola, ficando a meu cargo a observação da coordenação junto as professoras da SRM, onde ficou acordada a frequência na escola nos dias de terça, quinta e sexta, das 15:00 as 18:00 horas, e no meu caso, em virtude da disponibilidade de horário optei por ficar na escola até das 15:00 as 19:30 horas e assim poder acompanhar o trabalho de duas das coordenações da escola, a do turno vespertino e do noturno, e assim cumprir a observação e o desenvolvimento das atividades previstas no plano de trabalho. Segundo Fernandes (2007) é também papel do coordenador pedagógico orientar e auxiliar no processo de educação continuada, visto que a "educação continuada está pautada nos estudos coletivos na coordenação pedagógica, cursos fora da escola e trocas de experiências" (FERNANDES, 2007, p. 66).

Nos primeiros encontros senti certa dificuldade para estabelecer contato com a coordenadora do turno vespertino, pois a mesma, a qual chamarei de coordenadora B, recusou ajudar no desenvolvimento do projeto alegando não ser sua responsabilidade trabalhar com projetos e bolsistas vindos da Universidade. Contudo de acordo com Fernandes (2007) o coordenador pedagógico constitui o principal vínculo entre o meio profissional, escola, e o

meio acadêmico, universidade, sendo um de seus papéis auxiliar na promoção da formação continuada de docentes, ou seja, é papel do coordenador pedagógico promover encontro entre professores e estudiosos da área seja por meio, de palestras, cursos, projetos de intervenção, seminários, oficinas etc. para que assim este docente tenha uma reflexão de sua prática pedagógica e valorize os saberes adquiridos na academia, durante a graduação, e na escola.

Por haver resistência por parte da coordenação do turno da tarde em acompanhar diretamente sua atividades, me foi orientado a observar a conduta da mesma nas reuniões e nos corredores, sendo assim, no turno da tarde, a maior parte do tempo estive em contato direto com as professoras da SEM e em alguns momentos com professores da sala regular, observando assim que não havia uma interação entre a coordenação pedagógica do turno da tarde e as professoras da SRM, pois durante o período que estive presente na escola, de 2016 a 2018, não houve manifestações de apoio à formação das professoras ou de atenção às ações que as mesmas executavam na escola junto aos alunos com deficiência.

Na SRM da escola atuavam três professoras no turno vespertino e uma no turno noturno, a qual chamarei de professora A. Inicialmente a SRM da escola estava localizada em um espaço pequeno que em momentos de chuva sofria alagamentos e a falta ventilação na sala privilegiava a proliferação de mofo.

Após vários momentos de relatos de insatisfações das professoras junto à direção da escola, quanto às condições físicas da SRM, e com o auxílio da coordenadora do turno da noite, que foi responsável pela comunicação direta das insatisfações a direção da escola, no segundo semestre do ano letivo houve a mudança do espaço para outra sala, com espaço maior, banheiro, ar condicionado funcionando e internet para elaboração de pesquisas e atividades para os alunos. A mudança do espaço trouxe significativa melhora nas condições de trabalho das professoras, mas ainda estava longe do padrão ideal de SRM descrito pelos textos legais, como no Decreto nº 7.611 de 2011, que determina em seu parágrafo 3º do Artigo 5º que “as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado”. (BRASIL, 2011).

Durante as observações de algumas aulas na sala regular, pude perceber que os alunos com deficiência em vários momentos estavam separados dos demais alunos, na sala regular em carteiras na primeira fileira de carteiras, nos corredores, sozinhos em momentos de socialização como o intervalo, e que por isso acabavam frequentando a SRM várias vezes

durante o horário de aula, seja para ocupar o tempo, não ficando sozinhos, mas conversando com as professoras, como para a resolução de provas e trabalho, pois alguns professores da sala regular os encaminhavam para a mesma alegando que não possuir o preparo necessário para auxiliar na resolução de provas e na realização de determinadas tarefas. Foi possível constatar que a falta de contato com a coordenação do turno vespertino, as más condições físicas do espaço da SRM, a separação dos alunos e a negação de auxílio, de alguns professores da sala regular, são alguns dos desafios enfrentados por alunos com deficiência e professores da SRM.

Os momentos do ano de 2016, de agosto a dezembro, foram destinados quase que inteiramente para a execução de observação e construção das ações e culminância do plano de trabalho para 2017. Posteriormente as observações, juntamente com a coordenadora A e duas professoras da SRM, iniciaram o momento de planejamento da culminância do meu plano de trabalho, que consistia na realização de uma feira, com exposições de materiais pedagógicos e uma palestra sobre a conscientização e incentivo a inclusão dos alunos com deficiência, buscando discutir e expor as carências e necessidades observadas, pois segundo Domingues (2014) cabe ao coordenador pedagógico observar o ambiente e promover formações aos envolvidos no processo de ensino, visando sanar problema e incentivar a reflexão e criticidade da sociedade escolar.

Desta forma, como destaca Pereira, Santana e Santana (2012), apesar dos avanços no âmbito das conquistas legislativas e do avanço do processo de inclusão, ainda há na sociedade casos de preconceito e violação de direitos, assim como salienta Domingues (2014) a má formação acadêmica de professores gera lacunas de aprendizagem, levando muitos a considerarem-se incapazes de atuar enquanto docentes diferentes de um professor bem formado, pois “um educador com formação bem alicerçada em termos conceituais e práticos tem elementos que o ajudam a refletir sobre seu fazer e o reformular de sua prática” (DOMINGUES, 2014, p.33).

4.2 – Feira: incluir para crescer

Após os momentos de observação de 2016 e inicio de 2917, no período de 28 de abril de 2017 a 20 de junho de 2017, juntamente com a coordenadora A e duas professoras do AEE, uma do turno noturno e outra da tarde, as quais chamarei de professora A e professora B

respectivamente, iniciei o momento de planejamento da culminância do meu plano de trabalho, que após ouvir os relatos, ideias e orientações da professoras A e B sobre desenvolver um trabalho de culminância que mobiliza-se não apenas uma parte da escola, mas que proporciona-se no turno da tarde, o turno com maiores relatos de dificuldades, um evento que chama-se atenção para desconstrução de preconceitos. Com isto iniciamos a construção de um evento que seria realizado em um único dia no turno da tarde, que consistia na realização de uma feira com exposições de materiais pedagógicos e uma palestra para tratar sobre a apresentação de conceitos sobre a educação inclusiva no ensino médio a fim de descontruir preconceitos sobre alunos com deficiência no ensino médio.

As professoras A e B tiveram crucial importância no processo de desenvolvimento da feira, sendo que a primeira contribuiu relatando-me, durante a observação, as principais dificuldades enfrentadas por ela e por alunos com deficiências na escola, enquanto que a segunda contribuiu fornecendo ideias de ações que poderiam ser realizadas na feira, contribuindo também com a construção do projeto, a ser apresentado à direção, e com a divulgação do evento, na sala de recursos multifuncionais. Além destas, contei também com o apoio da vice-diretora, do professor de educação física do turno da tarde, que se responsabilizou em organizar a programação de entretenimento com alunos no hall da escola, sendo o suporte técnico de som e iluminação, foi oferecido pelos devidos funcionários responsável da escola.

A contribuição da coordenadora A foi de extrema relevância para construção textual do projeto e a formulação dos materiais de divulgação, cartazes e folders, a mesma também foi responsável pela apresentação do projeto de culminância a direção e vice direção da escola, que inicialmente não disponibilizaram datas para a realização do mesmo, no entanto após momentos de insistência por parte da coordenadora A, que demonstrando a importância do projeto para escola, fez com que o projeto fosse aceito pela vice direção do turno da tarde, sendo definida a data de realização e os espaços a serem utilizados.

Campos (2015) destaca que a função do coordenador pedagógico é promover ações que buscam suprir as deficiências da formação profissional dos professores, para que estes coloquem em prática novas formas de ensino nas aulas, assim como novas formas de perceber a aprendizagem dentro e fora da sala de aula, observando o ambiente escolar como um todo, para que a partir de seu desenvolvimento crítico, tanto professores como alunos possam mediar mudanças no mesmo.

Após reuniões com as professoras da SRM e com a coordenadora A, onde foram construídos o tema, o título e os objetivos do evento e após revisões de cunho estrutural obtivemos a realização da I FEIRA: INCLUIR PARA CRESCER, que teve como público alvo, no primeiro momento, alunos do 1º ano do ensino médio e, no segundo momento, toda a comunidade escolar. Tendo como objetivo geral "mobilizar a comunidade escolar, em torno de temas e atividades voltados para a inclusão de alunos com deficiência, por meio da dialogo e de breve troca de experiências, que serão simuladas nos stands da feira, assim como promover a valorização da atuação docente no atendimento educacional especializado (AEE), expondo sinteticamente algumas de suas atribuições enquanto colaboradores no processo de ensino aprendizado dos alunos com deficiência", e cujos objetivos específicos foram disseminar a inclusão, para desconstruir preconceitos e combater a violência; viabilizar o intercâmbio de experiências e colaborar para a valorização docente no espaço de atendimento educacional especializado (AEE).

No dia 20 de junho de 2017, com início às 16:00 horas e termino as 19:00 horas, o evento denominado de "Feira incluir para crescer", teve como abertura, das 16:00 as 17:00 horas, a palestra 'Inclusão e Educação' ministrada pela Prof.ª Dr.ª Sônia Eli Rodrigues aos alunos do 1º ano do ensino médio, no auditório da escola, como demonstrado na imagem a baixo. Onde foi tratada a temática da educação especial, o seu surgimento até os dias atuais, o processo de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, os preconceitos enfrentados pelas mesmas e não apenas preconceitos sobre a PCD, mas foram tratados também temas transversais, como questões de gênero e sexualidade, como forma de descontruir os preconceitos sobre estes temas, sobre os grupos envolvidos e também como forma de alertar e orientar sobre as formas de combate a violência, seja no ambiente escolar, seja em outros ambientes.

Figura 1: Palestra aos alunos do 1º ano da escola Presidente Costa e Silva

Fonte: Elaborada pelo autor

A seguir temos o registro imagético do segundo momento, das 17:00 as 18:00 horas, o evento contou com a exposição de atividades e materiais adaptados, confeccionais por alunas do curso de Pedagogia e também materiais da SRM da escola, que foram expostos, por alunas da graduação do curso de Pedagogia, em estandes no hall da escola.

Figura 2- Alunas do curso de Pedagogia fazendo a exposição de materiais adaptados nos estandes.

Fonte: Elaborada pelo autor

Como encerramento, das 18:00 as 19:00 horas, a feira trouxe a apresentação de grupos de dança e de canto formados por alunos da própria escola, que dançaram e embalaram o público com um repertório de músicas diversas, além de serem feitos os agradecimentos e o sorteio de brindes aos participantes do evento.

Figura 3- Grupo de dança, grupo de canto da escola e stands da Feira.

Fonte: Elaborada pelo autor

Posteriormente ao evento notou-se um aumento da procura por orientação das professoras de AEE, por parte dos professores de algumas disciplinas específicas, que antes recusaram-se a adaptar materiais, além de ter sido notado um maior contato e socialização entre os alunos com deficiência e os demais alunos dentro e fora de sala.

O evento foi importante para a comunidade escolar, em virtude de ter contado com a participação em massa dos alunos na palestra, instigando-nos mesmos vários questionamentos sobre o tema, pois a palestra com esclarecimentos da história da inclusão e das pessoas com

deficiência serviu como motivação ao interesse pela temática da inclusão, promovendo um contato direto com algumas dificuldades enfrentadas por alunos com deficiência, permitindo assim a quebra de muitos paradigmas e mitos do cotidiano, que muitas vezes dificultam o desenvolvimento social e até mesmo o avanço educacional de muitas pessoas, tanto com ou sem deficiência.

Para as professoras da SRM o evento foi importante, uma vez que possibilitou conhecer novas formas de materiais didático pedagógicos, além de ter promovido a interação com uma pesquisadora da temática na UFPA, promovendo também uma ação de formação continuada para as mesmas e para os demais docentes, pois como enfatiza Fernandes (2007) há um sistema habitual de formação continuada entendida por muitos docentes, como sendo aquela que só acontece no retorno a academia, no entanto a autora acentua que o coordenador é um dos responsáveis pela educação continuada, devendo esta ser "um processo de desenvolvimento que ocorre na vida profissional, depois da formação inicial e que está articulada com a sua prática pedagógica, no contexto do cotidiano escolar, quando este está atuando na docência" (FERNANDES, 2007, p.27).

Desta forma, não sendo o único lugar para a promoção da inclusão, a escola é um importante espaço para tal, em virtude de proporcionar momentos de debate, discussão, análise crítica, reflexão e socialização entre os envolvidos, levando-os a ter um novo olhar sobre a humanidade, sobre inclusão permitindo aos mesmos olharem o mundo, também com os olhos das pessoas com deficiência. No entanto, a desconstrução de preconceitos, não depende apenas da criação de SRM, da promoção eventos, palestras ou da formação de professores, mas envolve um conjunto de ações individuais, de cada envolvido no processo educacional, e ações coletivas e governamentais como a criação de políticas públicas.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, foram feitas algumas reflexões sobre a importância do trabalho da coordenação pedagógica junto aos professores da SRM que desenvolvem o atendimento educacional especializado para a valorização da inclusão no ambiente escolar, temática que vem sendo discutida, em virtude da nova concepção de pessoa e vida moderna, o também contribui para o avanço nas conquistas dos direitos da pessoa com deficiência, pois sabemos que as conquista não são em virtude apenas do discurso, mas envolve um conjunto

de ações individuais, de cada envolvido no processo educacional, ações coletivas, como reuniões e eventos, e governamentais como a criação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e garantia de direitos.

Por isso, este trabalho buscou compreender o papel da coordenação pedagógica na escola, que consiste em proporcionar um ambiente de aprendizado pautado na valorização do conhecimento prévio e na cultura trazidos pelos alunos e professores, ou seja, é função do coordenador pedagógico formular intervenções pedagógicas que valorizem o respeito e a democracia, assim como incentivem a tomada de decisões de forma crítica, igualitária e justa. Também foi objetivo deste entender a importância da Coordenação Pedagógica para o desenvolvimento de um trabalho dentro de uma perspectiva inclusiva, pois a coordenação constitui o principal mediador entre os atores da escola, sendo fundamental a sua atuação uma vez que o mesmo, em virtude de sua formação acadêmica, é capacitado para fazer as adaptações e avaliações necessárias para a elaboração de boas propostas de intervenção, propostas que sejam diversificadas, que atendam as necessidades educacionais de cada aluno e professor.

Por fim, foi objetivo deste trabalho identificar as ações desenvolvidas pela Coordenação Pedagógica da Escola Presidente Costa e Silva junto aos docentes da SRM visando à inclusão dos alunos com deficiência. Por acompanhar duas das três coordenadoras da escola, o relato mostrou para mim que no turno da tarde, por vezes, a ausência do contato direto entre coordenação e professoras da SRM acabava por dificultar o desenvolvimento e a comunicação, a direção e professores, de ações formativas que despertassem para a temática da inclusão, ficando este contato, muitas vezes, a cargo da vice direção ou até mesmo da coordenação do turno da noite, que quando possível promovia pequenas oficinas e reuniões a fim de comunicaras demandas e buscar soluções junto aos professores, alunos e a direção da escola.

Em virtude da não obtenção de contato com as ações da coordenação do turno da tarde, não é possível descriminar ou anunciar a ausência de esforções da mesma com relação a promoção da inclusão na escola, o que me permite perceber que no cenário da escola pública falar em educação em uma perspectiva inclusiva não é um assunto fácil, ou seja, falar em educação especial inclusiva é remeter-se a vários desafios e que a execução de um trabalho inovador e individual não é suficiente para sanar as demandas existentes, pois há uma serie de fatos externos e internos que interferem no processo de ensino aprendizado. Há fatores de

cunho educacional, quanto à formação continuada de professores, há fatores de cunho físico estrutural, pois muitas escolas públicas não foram construídas pensando na acessibilidade, e para que todos estes e outros fatores sejam atendidos há ainda fatores de cunho financeiro, onde a destinação de verbas é de crucial importância, pois sem recursos para reformar as escolas não há como promover a acessibilidade ou a compra de materiais uteis ao processo formativo e aqui destaco a importância dos fatores governamentais para o desenvolvimento de politicas públicas voltadas ao processo inclusivo, pois sem o devido apoio governamental não há como desenvolver plenamente um trabalho de inclusão, pois estes são os principais destinadores de recursos a instituição pública.

Politicas públicas e programas como o PIBID são de vital relevância para a construção do ensino, pois foi por meio deste ultimo que tive a oportunidade de vivenciar e experimentar o contato direto com a realidade prática de minha formação enquanto Pedagoga em uma escola pública, me proporcionando, além de experiências metodológicas de cunho cientifica, vivenciar os reais acontecimentos do exercício do cargo de coordenador pedagógico, os desafios e demandas enfrentados pelo mesmo, ofertando-me a experiência e o aprendizado de como atuar presando pelo respeito e pela democracia, além de buscar meios para solucionar demandas e trabalhar em uma perspectiva inclusiva quando estiver exercendo a função.

Com a elaboração dos planos de trabalho e das ações de contato com as professoras da SRM pude obter a realização da feira “Incluir para crescer”, culminância do meu plano de trabalho de 2017, onde pude notar que os alunos da escola Costa e Silva possuíam muitas dúvidas com relação ao tema “inclusão”, estando alguns receosos quanto às conversas e interação com os alunos PCD em virtude de preconceitos constituídos em experiências do dia-a-dia, houve de inicio da programação um estranhamento dos mesmos, por ser esta na escola, a primeira programação inteiramente voltada à discussão da temática da educação especial inclusiva, chegando muitos alunos a visitarem os estandes questionando, buscando desconstruir preconceitos.

Sendo assim concluo, que por muitos anos pessoas com deficiência estiveram à margem da sociedade, sendo vistos como anormais, contudo surgem diversas modificações e conquistas, em especial no meio educacional, em virtude das lutas e da criação de importantes cargos, como o de coordenador pedagógico que tem por papel também desenvolver atividades de incentivo e valorização da inclusão. Foi possível perceber que é preciso haver na escola Costa e Silva uma maior atenção ao planejamento de atividades formativas aos professores,

sejam estes da sala regular ou do AEE, visando uma maior promoção de formações, intervenções e projetos mobilizadores do tema da inclusão, sendo papel do coordenador pedagógico atuar de modo a valorizar a promoção do respeito e do desenvolvimento de ações formativas, como oficinas e palestras, que integrem alunos, pais e professores, não sendo apenas e exclusivamente papel do coordenador promover a inclusão, e por haver diversas questões influenciadoras destaco que é também uma responsabilidade de todos os envolvidos do espaço educacional em comum acordo com atores externos, como pais, sociedade e governo, de modo que cabe a estes também a busca por soluções as demandas da escola . Apesar das conquistas alcançadas até hoje, sejam estas de cunho legal, por meio das leis, sejam estas de cunho social, por meio da derrubada de preconceitos, ainda há muito que ser melhorado, ou seja, há a necessidade de executar mais trabalhos de conscientização social que envolva profissionais do ramo da educação e também do meio político, para assim incentivar a criação de políticas públicas voltadas a criação de escolas com espaços adaptados e com acessibilidade, mas para isto é preciso que todos saibam e desenvolvam seus papéis com eficiência e responsabilidade, sendo papel não apenas da escola ou da família, mas também de toda a sociedade debater, discutir e defender a inclusão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera M. N. de Souza. **O Coordenador Pedagógico e o espaço de mudança**. 5ª ed. São Paulo, 2001, Edições Loyola.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL.MEC.SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.

_____. **Lei Federal Nº. 9394 de 20 de dezembro**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília**,** 1996. Disponivel em: http://www.in.gov.br/mp._leis/leis_texto.asp. Acesso em 20 de jan 2018

_____. **Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial, Brasília: MEC, 2009.

CAMPOS, Elisabete Ferreira Esteves. **A coordenação pedagógica em questão**: Diálogos nos círculos de debates. Judiaí: Pacco editora, 2015. 228 p.

DOMINGUES, Isaneide. **O Coordenador pedagógico e a formação continuada do docente na escola**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014. 173 p.

DOMINGUES, Taciano Luiz Coimbra; DOMINGUES, Mariana Rosa Cavalli. **Educação especial:** Historicidade e legislação. São Paulo, 2009. 14 p. Disponível em: < http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC0061453909.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

FERNANDES, Rosana César de Arruda. **Educação continuada, trabalho docente e coordenação pedagógica:** uma teia tecida por professoras e coordenadoras. 2007. 202 f. Dissertação (Pedagogia) - Curso de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3466/1/2007_RosanaCesardeArrudaFernandes.pdf >. Acesso em: 14 jul. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

GADOTTI, Moacir. O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. In: GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. Cap. 1. p. 35-42.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos. O "especial" na educação, o atendimento especializado e a educação especial. In: Seminário Nacional de pesquisa em educação especial, 6º, 2011, Nova Almeida: UFES, UFGRS e UFSCar, 2012. Pag. 1-17. Disponível em: <http//ppeees.ufms.br/wp-cotent/uploads/2015/02/M%C3%B4nica-Kassar-E-Andressa-Rebelo-SNPEE.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986

PEREIRA, Aline Graziele Santos Soares; SANTANA, Crislayne Lima; SANTANA, Cristiano Lima. A educação especial no Brasil: Acontecimentos históricos. In: Simpósio educação e comunicação, 3º, 2012, Aracaju. **Anais Eletrônicos**. Aracaju: Universidade Tiadentes-UNIT, 17 a 19 de setembro. Pág. 10- 21. Disponível em: < http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-010-021.pdf>. Acesso em: 11 jun 2018

PINTO, Umberto de Andrade. Coordenação pedagógica em ambientes escolares. In_: PINTO, Umberto de Andrade**. Pedagogia Escolar: Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar.** São Paulo. Editora Cortez. 2011. p. 138-176.

RODRIGUES, Irene Elias. Inclusão: um caminho para consolidação da democracia. In: RODRIGUES, Irene Elias. **A inclusão de pessoas com necessidades especiais no processo educativo escolar:** uma experiência inversa. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. Cap. 1. p. 11-52.

SALA, Eliane; ACIEM, Tânia Medeiros. Aspectos históricos da educação inclusiva. In: SALA, Eliane; ACIEM, Tânia Medeiros (Org.). **Educação inclusiva:** aspectos político-sociais e práticos. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. Cap. 1. p. 7-30.